

PANORAMA

**DA VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER
NO DISTRITO FEDERAL**

SUMÁRIO EXECUTIVO



2026

SUMÁRIO



1. APRESENTAÇÃO	2
2. METODOLOGIA	2
3. RESULTADOS	3
3.1. Parte I - Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal	3
3.1.1. O tamanho da violência contra as mulheres	3
3.1.2. Presença de filhos entre as mulheres vítimas	4
3.1.3. Os tipos mais frequentes de violência	4
3.1.4. As consequências da violência	5
3.1.5. As saídas para a violência	5
3.1.6. As situações de violência mais frequentes	6
3.1.7. Diferenças na prevalência de vitimização	7
3.2. Parte II - Percepções sociais sobre a violência doméstica	8
3.2.1. O tamanho do problema para a sociedade	8
3.2.2. A violência no círculo social mais próximo	8
3.2.3. Quem é o principal autor da violência doméstica?	9
3.2.4. Identificação de situações de violência	9
3.2.5. Opiniões sobre a violência de gênero	10
3.2.6. Desigualdades, papéis e estereótipos de gênero	11
3.2.7. Ditados populares	11
3.2.8. Soluções para o poder público: leis e políticas públicas	12
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	13





1. Apresentação

O Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan), por meio da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Dipos), apresenta, neste Sumário Executivo, os principais achados do estudo **Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal**.

Este produto, resultado de uma das estratégias metodológicas adotadas pela pesquisa, objetiva fornecer um panorama sobre a violência contra a mulher no Distrito Federal (DF), contemplando a prevalência e as formas de manifestação da violência, os contextos em que ela ocorre e as percepções da população sobre a violência contra a mulher.

Outra vertente da pesquisa teve como foco compreender a vivência de homens sob a perspectiva de construção de papéis de gênero, assim como a identificação de masculinidades violentas e está disponível no relatório **“Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal: as percepções dos homens”**.

Este documento apresenta os principais achados da pesquisa, contemplados de forma mais detalhada no relatório completo, disponível no *site* do IPEDF Codeplan.

[Clique aqui e acesse o estudo na íntegra](#)



2. Metodologia

O estudo utilizou-se de um questionário estruturado, aplicado em locais de ponto de fluxo em todo o Distrito Federal, que contava com dois módulos: um voltado para respondentes em geral, homens e mulheres, e outro específico para mulheres. Foram obtidas **5.093 respostas para o módulo geral** e **1.541 para o módulo específico** com mulheres como o público-alvo.

A partir dos resultados coletados, a análise de dados foi realizada através da análise descritiva univariada, com foco na descrição das principais características e na distribuição dos percentuais encontrados nas variáveis investigadas.

É importante destacar que as análises apresentadas neste relatório são baseadas em dados que foram obtidos por uma amostra por cotas, ou seja, não probabilística. Por esta razão, os resultados devem ser interpretados como descritivos da amostra pesquisada.



3. Resultados

3.1. Parte I – Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal

3.1.1. O tamanho da violência contra as mulheres

77,6% 

das mulheres entrevistadas **vivenciaram alguma situação de violência ao longo da vida**¹

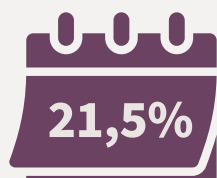
44,8%

das entrevistadas *reconhecem* ter sido **vítima de violência**²

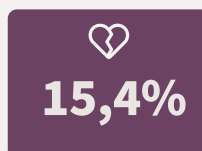
59,4%

das mulheres que *negaram ter sofrido violência perpetrada por parceiro íntimo* relataram **experiências compatíveis com situações de violência ao longo da vida**³

As entrevistadas também foram questionadas acerca do **momento de ocorrência da violência** e da **situação atual com o parceiro** responsável pelas agressões.



das mulheres entrevistadas **sofrem violência atualmente**⁴



das mulheres entrevistadas estavam **casadas ou morando junto com os parceiros violentos**⁵

¹ O indicador considera tanto as mulheres que reconhecem que passam por situações de violência (pergunta direta) quanto as que são identificadas indiretamente por meio de situações vivenciadas (total de 77,6%, $n = 1.196$). Percentuais calculados em relação ao total de mulheres respondentes.

² Indicador considera somente as mulheres que reconhecem que passam por situações de violência (pergunta direta). Percentuais calculados em relação ao total de mulheres respondentes (total de 44,8%, $n = 691$).

³ Indicador incorpora, além do não reconhecimento direto, a identificação indireta da violência a partir do relato de situações específicas vivenciadas ao longo da vida.

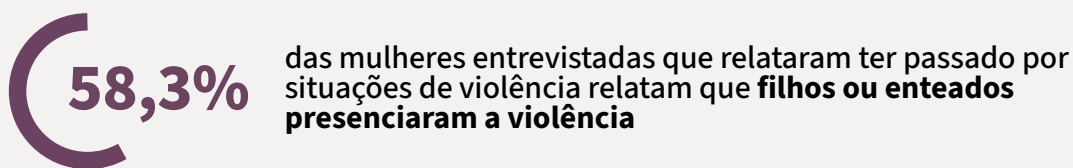
⁴ O indicador se refere à identificação indireta da violência a partir do relato de situações específicas vivenciadas ao longo da vida (75,0%, $n = 1.155$) e que afirmaram que esta situação de violência aconteceu nos últimos 12 meses. Resultado relativo ao mês de agosto de 2025.

⁵ O indicador se refere à identificação indireta da violência a partir do relato de situações específicas vivenciadas ao longo da vida (75,0%, $n = 1.155$), que responderam os autores da situação de violência são os seus parceiros atuais e que estão atualmente “casadas ou morando junto”.



3.1.2. Presença de filhos entre as mulheres vítimas

Perguntadas sobre a presença de **testemunhas** da violência vivenciada,

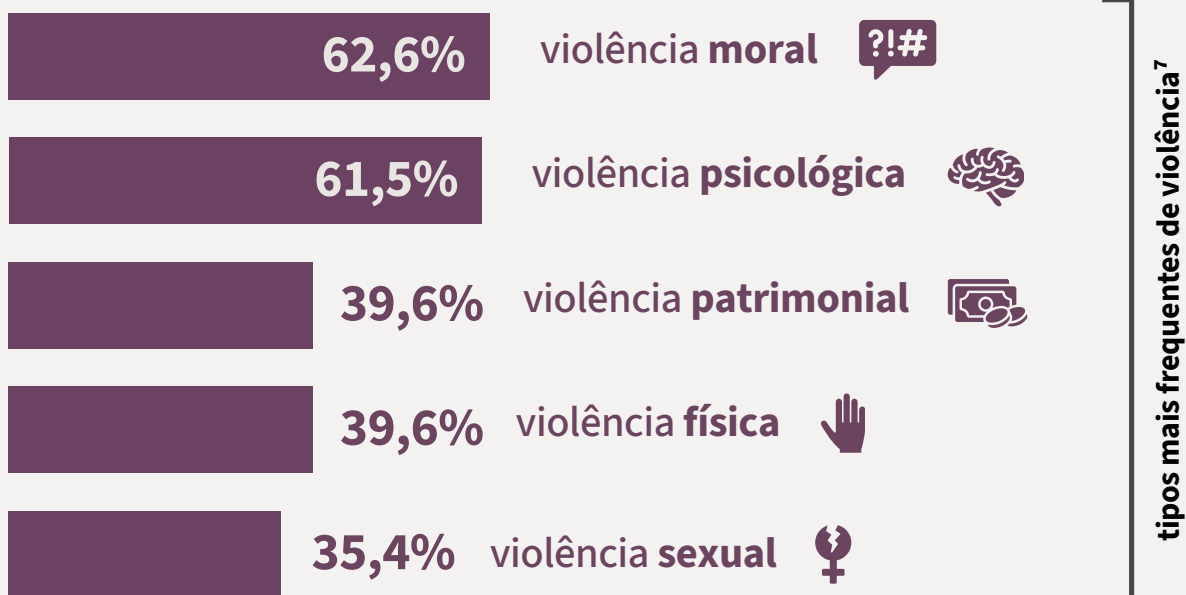


A presença dos filhos, incluindo enteados e filhos adotados, **entre as mulheres que responderam sofrer violência atualmente⁶** também foi investigada pela pesquisa.



são dependentes financeiramente de alguém e têm filhos menores de 18 anos

3.1.3. Os tipos mais frequentes de violência



⁶ Mulheres que afirmaram que a violência aconteceu nos últimos 12 meses. Resultado relativo ao mês de agosto de 2025.

⁷ O indicador considera tanto as mulheres que reconhecem que passam por situações de violência (pergunta direta) quanto as que são identificadas indiretamente por meio de situações vivenciadas (total de 77,6%, n = 1.196). Percentuais calculados em relação ao total de mulheres respondentes.

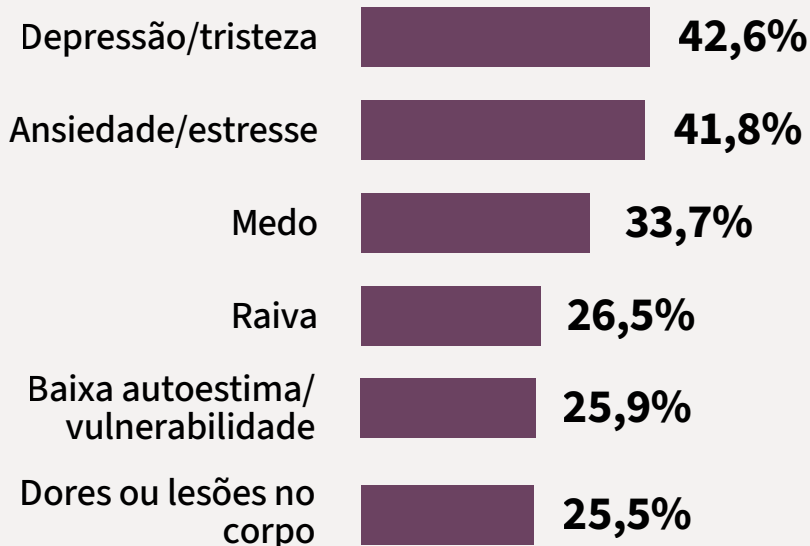


A pesquisa também permitiu identificar quais tipos de violência apresentam menor reconhecimento entre as mulheres, ou seja, situações de violência vivenciadas ao longo da vida que nem foram percebidas ou classificadas por elas como violência. Nesse sentido, destacam-se as violências **moral, psicológica e patrimonial** como as menos identificadas pelas mulheres vitimizadas.

3.1.4. As consequências da violência

93,5% 
das vítimas⁸ relatam ter **sofrido**
consequências da violência

São relatadas especialmente consequências relacionadas à saúde mental:



3.1.5. As saídas para a violência

As **alternativas mais frequentes** que foram adotadas pelas mulheres que reconhecem ter sofrido violência⁸ foram:

33,6% 
separação ou divórcio

32,9% 
procurar o apoio da família

32,0% 
procurar a polícia/delegacia
da mulher

⁸ Indicador considera somente as mulheres que reconhecem que passam por situações de violência (pergunta direta). Percentuais calculados em relação ao total de mulheres respondentes (total de 44,8%, n = 691).



Entre as **justificativas mais citadas pela não procura de aparelhos estatais** pelas mulheres agredidas, estavam:

19,0% 

queriam resolver sozinhas ou dentro da família

18,4% 

não acreditavam que a polícia pudesse oferecer solução

18,0% 

não tinham provas

Além disso, **14,1%** relataram que não o fizeram pelo **sentimento de vergonha ou medo** que vivenciaram após a violência.

Entre as vítimas que responderam ter procurado a família após a violência, as principais ações da família após o relato foram:

66,5% 

deram apoio

36,8% 

falaram para denunciar na polícia

16,1% 

disseram que ele iria mudar

Também entre as mulheres que buscaram apoio familiar após sofrer violência, **8,4%** **relataram ter sido culpabilizadas pela agressão**, indicando que parte das reações no círculo familiar pode relativizar ou minimizar a violência sofrida.

3.1.6. As situações de violência mais frequentes

A pesquisa também identificou quais são as situações mais frequentes que mulheres vitimizadas passam por cada tipo de violência cometida pelo parceiro íntimo⁹.



violência moral

falou mal ou constrangeu você na frente de conhecidos (**77,2%**)



violência patrimonial

usou o seu dinheiro ou se recusou a dar dinheiro para pagar as despesas compartilhadas (**69,2%**)



violência psicológica

chamou você de louca, distorceu fatos ou escondeu informações para fazer você duvidar do que realmente aconteceu (**69,2%**)

⁹ O indicador se refere à identificação indireta da violência a partir do relato de situações específicas vivenciadas ao longo da vida, em relação ao total de mulheres respondentes (75,0%, n = 1.155).



violência física

apertou, sacudiu, empurrou você ou puxou seu cabelo em momentos de irritação **(87,3%)**



violência sexual

insistiu para fazer sexo sem camisinha ou para retirar a camisinha durante a relação sexual **(65,8%)**

3.1.7. Diferenças na prevalência de vitimização

Investigando quais são os **grupos de mulheres que apresentam maior prevalência de violência sofrida**¹⁰, o trabalho comparou os percentuais de mulheres vitimizadas segundo agrupamentos de faixa etária, raça/cor, escolaridade, dependência financeira percebida e presença de rede de apoio.



mulheres idosas (**60 anos ou mais**) apresentam **percentuais menores de vitimização** comparado aos outros grupos;



entre os agrupamentos de raça/cor, não foram identificadas diferenças significativas de vitimização entre as mulheres;



também não houve distinções importantes entre os percentuais de violência sofrida entre as mulheres com diferentes níveis de escolaridade da amostra;



a **proporção de vitimização por violência é mais elevada** entre mulheres que **não dispõem de rede de apoio** quando comparadas àquelas que possuem;



mulheres **dependentes financeiramente** apresentam **percentuais maiores de vitimização** comparado às mulheres com independência financeira.



Imagem: Hannah Busing/Unsplash

¹⁰ O indicador considera tanto as mulheres que reconhecem que passam por situações de violência (pergunta direta) quanto as que são identificadas indiretamente por meio de situações vivenciadas (total de 77,6%, n = 1.196). Percentuais calculados em relação ao total de mulheres respondentes.



3. Resultados

3.2. Parte II – Percepções sociais sobre a violência doméstica

3.2.1. O tamanho do problema para a sociedade

92,0%

dizem que a violência contra a mulher é um problema no Brasil



75,2%

dizem que a violência contra a mulher é um problema na RA onde mora

Essa diferença pode estar associada a uma percepção de distanciamento do fenômeno, entendido como um problema que ocorre em outros contextos, o que pode dificultar seu reconhecimento no cotidiano e a mobilização para seu enfrentamento no âmbito local.



77,0%

dos entrevistados perceberam um aumento da violência doméstica contra as mulheres nos últimos 12 meses.

Ainda assim, há uma diferenciação na percepção de aumento associado ao gênero do respondente:
A percepção do aumento muda conforme o recorte de



84,7%

das mulheres relatam aumento



67,2%

dos homens perceberam aumento

3.2.2. A violência no círculo social mais próximo

78,5%

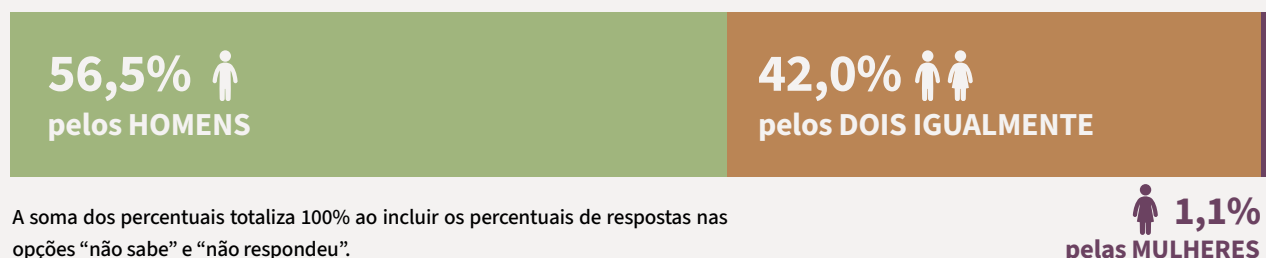
dos entrevistados conhecem mulheres que vivenciaram alguma violência doméstica

Esse percentual, quando comparado ao de mulheres que se reconhecem como vítimas (**44,8%**), pode indicar uma discrepância entre a percepção da violência como um fenômeno que afeta “outras mulheres” e o reconhecimento da própria experiência de vitimização das vítimas.



3.2.3. Quem é o principal autor da violência doméstica?

Ao serem expostos à pergunta “você acha que a violência doméstica é cometida principalmente por homens, mulheres, ou os dois igualmente?”, as respostas dos entrevistados se dividiram da seguinte maneira:



3.2.4. Identificação de situações de violência

Buscando mensurar o conhecimento da população sobre a identificação de situações de violência doméstica, os entrevistados avaliaram cinco situações efetivas de violência¹¹ tipificadas pela Lei Maria da Penha¹² com as opções de resposta “sim, sempre”, “sim, na maioria das vezes”, “sim, em alguns casos” e “não”.

Nesse caso, apenas a opção de resposta “sim, sempre” foi considerada como um reconhecimento não relativizado da violência, uma vez que tais práticas configuram violência independentemente das circunstâncias.

Os resultados, apresentados na sequência da violência mais relativizada para a menos relativizada, foram:



¹¹ Nestas situações em específico, foram elaboradas correspondências às violência física, psicológica e patrimonial.

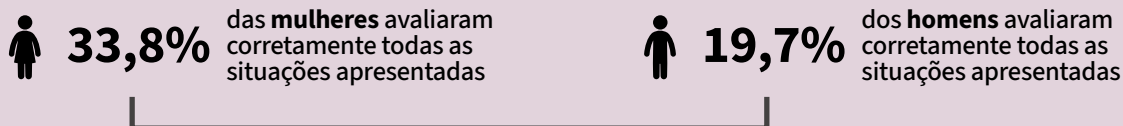
¹² BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.



A partir das respostas individuais sobre a identificação das situações apresentadas, foi construído um indicador que distingue os respondentes capazes de identificar corretamente todas as situações analisadas.

27,6% dos entrevistados foram capazes de identificar corretamente todas as situações investigadas pela pesquisa

Nota-se, ainda, uma diferença marcante nos percentuais deste indicador entre homens e mulheres:



Esta diferença de **14,1 pontos percentuais** evidencia uma **menor capacidade dos homens na identificação de situações de violência doméstica**, o que pode dificultar uma postura mais combativa deste grupo em relação à violência contra as mulheres.

3.2.5. Opiniões sobre a violência de gênero

Ao considerar as opiniões dos respondentes sobre as dinâmicas presentes nas violências de gênero, especialmente na violência doméstica, observou-se uma **maior concordância** com as afirmações de que:

37,3%

a violência doméstica é um assunto privado que deveria ser tratado dentro da família

34,1%

se uma mulher envia uma foto nua para seu parceiro, ela também tem culpa se ele compartilhar a foto com outra pessoa sem a autorização dela

Por outro lado, uma **menor concordância** com os itens:

7,2%

a violência doméstica pode ser perdoada se o parceiro que violentou estava muito alcoolizado

6,3%

é compreensível que uma mulher tenha apanhado se ela traiu o marido

Entre os itens analisados, destaca-se a diferença entre homens e mulheres no percentual sobre a afirmação de que **“mulheres que esperam semanas ou meses para denunciar violência doméstica sexual provavelmente estão mentindo”**. A análise indica uma maior descrença dos homens em relação a esses relatos de violência sexual.

¹⁰ Nestas situações em específico, foram elaboradas correspondências às violências física, psicológica e patrimonial.



3.2.6. Desigualdades, papéis e estereótipos de gênero

A pesquisa também perguntou às pessoas entrevistadas **as concordâncias em relação a afirmações sobre desigualdade e papéis tradicionais de gênero**, além de frases que normalizam o sexismo e comportamentos socialmente esperados por gênero. Em relação a esses itens, observa-se uma **maior concordância** com as seguintes afirmações:

44,6% 

muitas mulheres não valorizam o que os homens fazem por elas

38,1% 

muitas mulheres exageram quando dizem que são tratadas de forma desigual

Em contrapartida, percentuais mais modestos de concordância foram observados nos itens a seguir:

14,8% 

eu acho que não há problema em os homens fazerem piadas sobre mulheres quando estão entre amigos homens

13,3% 

as mulheres precisam ter filhos para se sentirem realizadas

Em relação aos itens que compunham esta parte do *survey*, observou-se uma especial diferença nas opiniões entre os gêneros nas questões **“muitas mulheres não valorizam o que os homens fazem por elas”** e **“homens são melhores líderes políticos do que as mulheres”**. Os homens, nestes casos, apresentaram uma maior tendência a concordar com essas afirmações, que reforçam percepções tradicionais de gênero e a desvalorização da participação feminina em diferentes esferas sociais.

3.2.7. Ditados populares

Reconhecendo entendimentos populares amplamente difundidos e transmitidos, foram investigadas a concordância dos respondentes sobre ditados populares que comunicam sobre características nocivas atribuídas às mulheres, como a fragilidade, a inferioridade ou a objetificação sexual feminina.

35,4%

concordam que **toda mulher é um pouco histérica**

34,9%

concordam que **mulher é o sexo frágil**

33,3%

concordam que **tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama**

26,5%

concordam que **mulher de malandro gosta de apanhar**

25,2%

concordam que **em briga de marido e mulher não se mete a colher**

9,3%

concordam que **mulher no volante, perigo constante**



Com exceção da questão “**toda mulher é um pouco histérica**”, todas as distâncias encontradas entre a concordância entre homens e mulheres são maiores que 10 pontos percentuais. Esse resultado indica que, entre os homens, tais ditados ainda encontram respaldo, mesmo diante da crescente disseminação de valores mais igualitários nas relações de gênero.

3.2.8. Soluções para o poder público: leis e políticas públicas

Como forma de entender o apoio da população sobre a necessidade de criação de leis e políticas públicas voltadas à mitigar as desigualdades de gênero e os efeitos da violência doméstica, a pesquisa perguntou a opinião das pessoas entrevistadas sobre algumas medidas específicas, algumas já implementadas e outras ainda em discussão ou potencialmente passíveis de adoção.

96,0% 

acham necessário **o auxílio financeiro para crianças que perderam a mãe vítima de feminicídio**

93,0% 

acham necessário **o auxílio moradia para mulheres que sofrem violência doméstica poderem sair de casa**

92,5% 

acham necessário **leis que incentivem salários iguais para homens e mulheres que ocupem a mesma posição**

As políticas atualmente adotadas pelo Governo do Distrito Federal figuram entre as iniciativas consideradas mais necessárias pelos respondentes (**Acolher Eles e Elas** com **96,0%** e **Aluguel Social** com **93,0%**)



Imagem: Wirestock/FreePik

75,8% 

acham necessário **a reserva de vagas de trabalho para aumentar a quantidade de mulheres em posição de liderança**

70,0% 

acham necessário **que os professores abordem com estudantes questões relativas às desigualdades de gênero**

69,1% 

acham necessário **leis que garantam o mesmo tempo de licença tanto para mães quanto para pais após o nascimento do filho**



4. Considerações finais

Ao apresentar um retrato resumido sobre a **violência contra a mulher no Distrito Federal**, este Sumário Executivo explorou, como principais resultados, a prevalência da violência doméstica causada por parceiros íntimos entre as mulheres entrevistadas. Também foram identificados os contextos associados à violência e as principais respostas das mulheres após a vitimização. A segunda parte, por sua vez, teve o enfoque em entender como está estruturada o ambiente das atitudes sociais que levam a um contexto social mais ou menos favorável ao acontecimento da violência.

Os dados mostraram um **percentual de vitimização de 77,6% entre as mulheres entrevistadas**, considerando tanto aquelas que, de forma direta, se reconheceram como vítimas de violência doméstica e aquelas que, mesmo não se reconhecendo como vítimas, identificaram ter passado pelo menos uma vez ao longo da vida por situações tipificadas como violência doméstica.

Entre as mulheres que reconhecem ter sofrido violência, observam-se tentativas de **resolução dos conflitos na esfera privada**, ainda que um percentual considerável relate a **procura da polícia** e da **delegacia da mulher**. Entre as mulheres que relatam a não procura de aparatos estatais, existe a presença de relatos pela preferência da resolução na esfera privada, a desconfiança de que a polícia poderia solucionar o conflito doméstico e a incapacidade de provar a acusação. Também foi observado um percentual relevante (**14,1%**) de mulheres que relatam que os sentimentos de medo ou vergonha foram decisivos para a não procura do Estado.

A pesquisa também observou uma diferença nos percentuais de vitimização entre grupos específicos de mulheres: **mulheres idosas** (60 anos ou mais) apresentam **menor proporção de vítimas** em comparação a mulheres de outras faixas etárias; mulheres que **não possuem rede de apoio** e, especialmente, aquelas que são **dependentes financeiramente** apresentam **maiores percentuais de vitimização** que os seus pares.

Destaca-se, nesse caso, a importância de políticas públicas que promovam a independência financeira das mulheres e, em casos mais urgentes, possibilitem uma saída rápida da mulher da situação de violência, como o **Aluguel Social**, programa adotado pela Secretaria da Mulher do Distrito Federal.



Os dados sobre as atitudes sociais das pessoas entrevistadas indicam uma dificuldade na identificação de formas de violências menos evidentes, tanto pelas vítimas, quanto por a população em geral; e dissonâncias nas percepções entre homens e mulheres. Essas diferenças são observadas sobre a evolução da violência doméstica e nas percepções que corroboram e legitimam a violência.

Esses achados sinalizam, para os gestores públicos, a evidente **necessidade do envolvimento dos homens** como um fator essencial para o enfrentamento social da violência contra a mulher, de forma a promover ações de conscientização e prevenção socialmente mais eficazes.

Ao analisar as respostas sobre políticas públicas e leis voltadas à proteção de mulheres e em direção à paridade de gênero, observa-se um apoio considerável a ações que buscam o fortalecimento e a ampliação de políticas públicas que articulem **proteção institucional**, a **promoção da independência econômica** e a **abordagem na comunidade escolar de temas que promovam a mudança estrutural das atitudes em relação às desigualdades de gênero**.

EQUIPE RESPONSÁVEL



DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS/IPEDF Codeplan

- Marcela Machado – Diretora

Coordenação de Estudos de Avaliação de Políticas Sociais - COAPS/DIPOS

- Diego Rodrigues de Loiola – Coordenador de Estudos de Avaliação de Políticas Sociais

Coordenação de Estudos e Pesquisas Quantitativos de Políticas Sociais - COPAQ/DIPOS

- Larissa Martins Marques – Coordenadora de Estudos e Pesquisas Quantitativos de Políticas Sociais (até fevereiro de 2026)
- Juliana Estanislau Cançado – Coordenadora de Estudos e Pesquisas Quantitativos de Políticas Sociais (até novembro de 2024)

Supervisão da pesquisa

- Marcela Machado – Diretora
- Diego Rodrigues de Loiola – Coordenador
- Larissa Martins Marques – Coordenadora (até fevereiro de 2026)

Elaboração do estudo

- Marcela Machado – Revisão crítica.
- Larissa Martins Marques (até fevereiro de 2026) – Concepção do estudo; Metodologia; Campo; Redação; Análise e interpretação de dados; e Revisão.
- Diego Rodrigues de Loiola – Metodologia; Campo; Redação; Análise e interpretação de dados; e Revisão.
- Izabel de Sena Flores – Metodologia; Campo; Análise e interpretação de dados.
- Gabriel Melo de Menezes – Metodologia; Campo; Redação; Análise e interpretação de dados.
- Giovana Cristine Nobre da Silva – Metodologia; Campo; Redação; e Análise e interpretação de dados.
- Victor Cezar de Sousa Vitor – Metodologia; Campo; Redação; e Análise e interpretação de dados.
- Luiza Gomes Luz Rosa (até maio de 2025) – Revisão da literatura e elaboração do instrumento de coleta.

Editoração Eletrônica

- Diego Rodrigues de Loiola
- Gabriel Melo de Menezes
- Giovana Cristine Nobre da Silva
- Victor Cezar de Sousa Vitor

Estagiários

- Cloé Camargo Capiberibe – Auditoria das entrevistas da pesquisa; transcrição das entrevistas semiestruturadas; e auxílio na codificação das entrevistas semiestruturadas.
- Herick Alves Lira – Transcrição das entrevistas semiestruturadas.
- Israel dos Santos Lisbôa Neto – Auditoria das entrevistas da pesquisa; e transcrição das entrevistas semiestruturadas.
- João Gabriel Rodrigues do Nascimento – Auditoria das entrevistas da pesquisa.
- Kaury Chaves Martins – Auditoria das entrevistas da pesquisa; transcrição das entrevistas semiestruturadas; e auxílio na codificação das entrevistas semiestruturadas.
- Lucas Alves Ferreira Teixeira – Auditoria das entrevistas da pesquisa.
- Luís Felipe do Carmo Fernandes (até agosto de 2025) – Revisão bibliográfica.



PANORAMA **DA VIOLÊNCIA**
CONTRA A
MULHER
NO DISTRITO FEDERAL

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal - SAM
Bloco H, Setores Complementares
Ed. IPEDF Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3181-0533
www.ipe.df.gov.br
ipe@ipe.df.gov.br